

den gebruikt om andere heffingen, rechten en belastingen vast te stellen die vallen onder artikel 2 van Richtlijn 76/308/EEG.

2 — Het bepaalde in lid 1 houdt niet in dat een Lid-Staat waarvan de wetgeving of de administratieve praktijk voor nationale doeleinden verdergaande beperkingen bevatten dan die welke in dit lid zijn vervat, gehouden is tot het verstrekken van inlichtingen indien de Staat waar-voor deze zijn bestemd, zich niet verbindt deze verdergaande beperkingen in achtte nemen.

3 — In afwijking van het bepaalde in lid 1 kan de bevoegde autoriteit van de inlichtingen verstreckende Lid-Staat toestaan dat in de Lid-Staat die de inlichtingen ontvangt, deze ook voor andere doeleinden worden gebruikt, indien de wetgeving van de inlichtingen verstreckende Lid-Staat in het eigen land een gelijksoortig gebruik onder overeenkomstige omstandigheden toestaat.

4 — Wanneer de bevoegde autoriteit van een Lid-Staat van mening is dat de inlichtingen die zij van de bevoegde autoriteit van een andere Lid-Staat heeft ontvangen, van nut kunnen zijn voor de bevoegde autoriteit van een derde Lid-Staat, kan zij de betrokken inlichtingen met toestemming van de bevoegde autoriteit die de inlichtingen heeft verstrekt, doorgeven aan de bevoegde autoriteit van laatstbedoelde Lid-Staat.

Resolução da Assembleia da República n.º 35/2006

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Território Associado dos Países Baixos de Aruba, por troca de cartas, respectivamente de 22 de Junho e de 11 de Setembro de 2004, Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança e à Respectiva Aplicação Provisória.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo entre a República Portuguesa e o Território Associado dos Países Baixos de Aruba, por troca de cartas, respectivamente de 22 de Junho e de 11 de Setembro de 2004, Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança e à Respectiva Aplicação Provisória, cujos texto, apêndice n.º 1 e anexo, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, inglesa e neerlandesa, se publicam em anexo.

Aprovada em 26 de Janeiro de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

ACORDO SOB FORMA DE TROCA DE CARTAS RELATIVO À TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS DA POUPANÇA E À RESPECTIVA APLICAÇÃO PROVISÓRIA.

A — Carta da República Portuguesa

Ex.^{mo} Senhor:

Tenho a honra de remeter para os textos da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e a Bélgica, a Áustria e o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e o Estado membro da UE, que não a Bélgica, a Áustria ou o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma

de Juros, da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, e o Estado membro da UE, que não a Bélgica, a Áustria ou o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros e da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, e a Bélgica, a Áustria e o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, respectivamente, que resultaram das negociações de um acordo sobre tributação da poupança com as Antilhas Neerlandesas e Aruba, e foram apensas, respectivamente como anexos I, II, III e IV ao resultado dos trabalhos do Grupo de Alto Nível do Conselho de Ministros da União Europeia de 12 de Março (doc. 7660/04 FISC 68).

Em face dos referidos textos, tenho a honra de propor a V. Ex.^a a Convenção sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros contida no apêndice n.º 1 à presente carta e o compromisso mútuo de ultimarmos com a maior brevidade possível as nossas formalidades constitucionais internas para a entrada em vigor da presente Convenção e de procedermos sem demora à notificação recíproca de que essas formalidades estão concluídas.

Na pendência da conclusão dos trâmites internos e da entrada em vigor da presente Convenção sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, tenho a honra de propor a V. Ex.^a que Portugal e o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, apliquem a presente Convenção provisoriamente, no quadro das obrigações decorrentes das nossas respectivas constituições nacionais, a partir de 1 de Janeiro de 2005, ou da data de aplicação da Directiva n.º 2003/48/CE, do Conselho, de 3 de Junho, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros, valendo a mais tardia das datas.

Se o que precede for aceitável pelo Governo de V. Ex.^a, tenho a honra de propor que a presente carta e a vossa confirmação constituam, em conjunto, um acordo entre Portugal e o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba.

Queira aceitar, Ex.^{mo} Senhor, os protestos da nossa mais elevada consideração.

Pela República Portuguesa:

Maria Manuela Dias Ferreira Leite, Ministra de Estado e das Finanças.

Feito em Lisboa, em 22 de Junho de 2004, em três cópias.

B — Carta de Aruba

Ex.^{mo} Senhor:

Tenho a honra de acusar a recepção da carta de V. Ex.^a com data de hoje, do seguinte teor:

«Ex.^{mo} Senhor:

Tenho a honra de remeter para os textos da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e a Bélgica, a Áustria e o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente às Antilhas Neerlandesas, e o Estado membro da UE, que não a Bélgica, a Áustria ou o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma

de Juros, da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, e o Estado membro da UE, que não a Bélgica, a Áustria ou o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros e da Convenção entre o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, e a Bélgica, a Áustria e o Luxemburgo, sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, respectivamente, que resultaram das negociações de um acordo sobre tributação da poupança com as Antilhas Neerlandesas e Aruba e foram apensas, respectivamente como anexos I, II, III e IV ao resultado dos trabalhos do Grupo de Alto Nível do Conselho de Ministros da União Europeia de 12 de Março (doc. 7660/04 FISC 68).

Em face dos referidos textos, tenho a honra de propor a V. Ex.^a a Convenção sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros contida no apêndice n.º 1 à presente carta e o compromisso mútuo de ultimarmos com a maior brevidade possível as nossas formalidades constitucionais internas para a entrada em vigor da presente Convenção e de procedermos sem demora à notificação recíproca de que essas formalidades estão concluídas.

Na pendência da conclusão dos trâmites internos e da entrada em vigor da presente Convenção sobre a Troca Automática de Informação em Matéria de Rendimentos da Poupança sob a Forma de Juros, tenho a honra de propor a V. Ex.^a que Portugal e o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, apliquem a presente Convenção provisoriamente, no quadro das obrigações decorrentes das nossas respectivas constituições nacionais, a partir de 1 de Janeiro de 2005, ou da data de aplicação da Directiva n.º 2003/48/CE, do Conselho, de 3 de Junho, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros, valendo a mais tardia das datas.

Se o que precede for aceitável pelo Governo de V. Ex.^a, tenho a honra de propor que a presente carta e a vossa confirmação constituam, em conjunto, um acordo entre Portugal e o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba.

Queira aceitar, Ex.^{mo} Senhor, os protestos da nossa mais elevada consideração.»

Confirmo que Aruba concorda com o teor da carta de V. Ex.^a

Queira aceitar, Ex.^{mo} Senhor, os protestos da nossa mais elevada consideração.

Por Aruba:



Feito na Haia, em 9 de Novembro de 2004, em três cópias.

APÊNDICE 1

CONVENÇÃO ENTRE O REINO DOS PAÍSES BAIXOS, RELATIVAMENTE A ARUBA, E A REPÚBLICA PORTUGUESA, SOBRE A TROCA AUTOMÁTICA DE INFORMAÇÃO EM MATÉRIA DE RENDIMENTOS DA POUPANÇA SOB A FORMA DE JUROS.

O Governo do Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, e Portugal, desejando celebrar uma convenção que dê a possibilidade de aplicar uma tributação efectiva

aos rendimentos da poupança sob a forma de juros pagos num dos Estados Contratantes aos beneficiários efectivos que sejam pessoas singulares residentes no outro Estado Contratante, em conformidade com a legislação deste último, nos termos da Directiva n.º 2003/48/CE, do Conselho da União Europeia, de 3 de Junho, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros, acordaram o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito geral

1 — A presente Convenção é aplicável aos juros pagos por um agente pagador estabelecido no território de um dos Estados Contratantes, a fim de dar a possibilidade de aplicar uma tributação efectiva aos rendimentos da poupança sob a forma de juros pagos num dos Estados Contratantes aos beneficiários efectivos que sejam pessoas singulares residentes, por motivos fiscais, no outro Estado Contratante, em conformidade com a legislação deste último.

2 — O âmbito de aplicação da presente Convenção será limitado à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros relativos a créditos, excluindo nomeadamente as questões relacionadas com a tributação das pensões e das prestações de seguros.

3 — No que diz respeito ao Reino dos Países Baixos, o presente acordo é aplicável exclusivamente a Aruba.

Artigo 2.º

Definições

1 — Para os fins da presente Convenção, salvo indicação em contrário, entende-se por:

- a) «Um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante», respectivamente, o Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba, ou Portugal, conforme o contexto assim o exigir;
- b) «Aruba» a parte do Reino dos Países Baixos situada na zona das Caraíbas composta pela ilha de Aruba;
- c) «A Parte Contratante» que constitui o Estado membro da União Europeia é Portugal;
- d) «Directiva» a Directiva n.º 2003/48/CE, do Conselho da União Europeia, de 3 de Junho, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros, aplicável a partir da data de assinatura da presente Convenção;
- e) «Beneficiário efectivo» o beneficiário efectivo, na acepção do artigo 2.º da directiva;
- f) «Agente pagador» o agente pagador, na acepção do artigo 4.º da directiva;
- g) «Autoridade competente»:
 - i) No caso de Aruba: o Ministro das Finanças ou o seu representante autorizado;
 - ii) No caso de Portugal: a autoridade competente desse Estado, na acepção do artigo 5.º da directiva;
- h) «Juro» o juro na acepção do artigo 6.º da directiva, tendo devidamente em conta o seu artigo 15.º;
- i) Qualquer termo não definido de outro modo na Convenção terá o significado que lhe foi dado na directiva.

2 — Para os fins da presente Convenção, ler, nas disposições da directiva para que remete a presente Convenção, «Estados Contratantes», em vez de «Estados membros».

Artigo 3.º

Identidade e determinação do lugar de residência dos beneficiários efectivos

Cada Estado Contratante deve adoptar e garantir a aplicação, no seu território, dos procedimentos necessários para permitir que o agente pagador identifique os beneficiários efectivos e o respectivo local de residência para os fins do artigo 4.º Esses procedimentos serão consentâneos com as normas mínimas estabelecidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º da directiva, sendo ponto assente que, relativamente a Aruba, no que diz respeito às alíneas *a)* do n.º 2 e *a)* do n.º 3 deste artigo, a identidade e residência do beneficiário efectivo serão estabelecidas com base nas informações de que dispõe o agente pagador através da aplicação das disposições legislativas e regulamentares pertinentes de Aruba.

Artigo 4.º

Troca automática de informação

1 — A autoridade competente do Estado Contratante onde o agente pagador está estabelecido comunicará as informações referidas no artigo 8.º da directiva à autoridade competente do Estado Contratante de residência do beneficiário efectivo.

2 — A comunicação das informações será automática e será efectuada pelo menos uma vez por ano, no prazo de seis meses após o termo do exercício fiscal do Estado Contratante do agente pagador, em relação a todos os juros pagos durante esse exercício.

3 — A troca de informação no âmbito da presente Convenção será tratada pelos Estados Contratantes em conformidade com o disposto no artigo 7.º da Directiva n.º 77/799/CEE.

Artigo 5.º

Transposição

Os Estados Contratantes aprovarão e publicarão, antes de 1 de Janeiro de 2005, as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente Convenção.

Artigo 6.º

Anexo

Os textos da directiva e do artigo 7.º da Directiva n.º 77/799/CEE, do Conselho da União Europeia, de 19 de Dezembro, relativa à assistência mútua das autoridades competentes dos Estados membros no domínio dos impostos directos e indirectos, aplicáveis na data da assinatura da presente Convenção, estão apenas enquanto anexo à Convenção, da qual fazem parte integrante. O texto do artigo 7.º da Directiva n.º 77/799/CEE nesse anexo será substituído pelo texto do mesmo artigo na Directiva n.º 77/799/CEE revista, caso esta última entre em vigor antes da data a partir da qual entrarão em vigor as disposições da presente Convenção.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

A presente Convenção entrará em vigor no 30.º dia após a última das datas em que os respectivos Governos se tiverem reciprocamente notificado por escrito que foram observadas as formalidades exigidas constitucionalmente nos respectivos Estados, e as suas disposições produzirão efeitos a partir da data em que a directiva for aplicável, em conformidade com os n.ºs 2 e 3 do artigo 17.º da directiva.

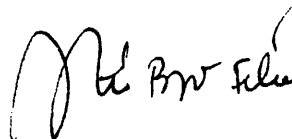
Artigo 8.º

Denúncia

A presente Convenção permanecerá em vigor até que ela seja denunciada por um dos Estados Contratantes. Qualquer um dos Estados poderá denunciar a Convenção, pelas vias diplomáticas, mediante aviso pelo menos seis meses antes do termo do ano civil, depois de findo um período de três anos a contar da data da respectiva entrada em vigor. Em tal eventualidade, a Convenção deixará de produzir efeitos nos períodos iniciados após o termo do ano civil em que foi comunicado o aviso de denúncia.

Feito nas línguas portuguesa, inglesa e neerlandesa, fazendo igualmente fé qualquer dos textos. Caso exista alguma divergência de interpretação entre as diferentes versões linguísticas, prevalecerão os textos em língua inglesa.

Pela República Portuguesa:



Pelo Reino dos Países Baixos, relativamente a Aruba:



ANEXO

Artigo 7.º

Disposições relativas ao sigilo

1 — Todas as informações de que um Estado membro tome conhecimento em aplicação da presente directiva são consideradas secretas nesse Estado, do mesmo modo que as informações obtidas em aplicação da sua legislação nacional. Em todo o caso, as referidas informações:

Serão facultadas só às pessoas directamente ligadas ao estabelecimento do imposto ou ao controlo administrativo do imposto;

Só serão divulgadas para efeitos do processo judicial, de processo penal ou de processo que implique a aplicação de sanções administrativas, instauradas para o estabelecimento ou o controlo do estabelecimento do imposto ou com eles relacionados, e unicamente às pessoas que intertenham directamente nesses processos; podem,

ments and the Convention between the Kingdom of the Netherlands, in respect of Aruba, and Belgium, Austria and Luxembourg, Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments, that resulted from the negotiations with the Netherlands Antilles and Aruba on a savings tax agreement, and that were annexed, respectively as annex I, II, III and IV, to the Outcome of Proceedings of the High Level Working Party of the Council of Ministers of the European Union of 12th March (doc. 7660/04 FISC 68).

In view of the above mentioned texts, I have the honour to propose to you the Convention Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments as contained in appendix no. 1 to this letter, and our mutual undertaking to comply at the earliest possible date with our internal constitutional formalities for the entry into force of this Convention and to notify each other without delay when such formalities are completed.

Pending the completion of these internal procedures and the entry into force of this Convention Concerning the Automatic Exchange of Information Regarding Savings Income in the Form of Interest Payments, I have the honour to propose to you that Portugal and the Kingdom of the Netherlands in respect of Aruba apply this Convention provisionally, within the framework of our respective domestic constitutional requirements, as from 1st January 2005, or the date of application of Council Directive no. 2003/48/EC, of the 3rd June 2003, on taxation of savings income in the form of interest payments, whichever is later.

I have the honour to propose that, if the above is acceptable to your Government, this letter and your confirmation shall together constitute an Agreement between Portugal and the Kingdom of the Netherlands in respect of Aruba.

Please accept, Sir, the assurance of our highest consideration.»

I am able to confirm that Aruba is in agreement with the contents of your letter.

Please accept, Sir, the assurance of my highest consideration.

For Aruba:

Done at The Hague, on 9th November 2004, in the English language, in three copies.

APPENDIX 1

CONVENTION BETWEEN THE KINGDOM OF THE NETHERLANDS IN RESPECT OF ARUBA AND THE PORTUGUESE REPUBLIC CONCERNING THE AUTOMATIC EXCHANGE OF INFORMATION ABOUT SAVINGS INCOME IN THE FORM OF INTEREST PAYMENTS.

The Government of the Kingdom of the Netherlands in respect of Aruba and Portugal, desiring to conclude a convention which enables savings income in the form of interest payments made in one of the Contracting States to beneficial owners who are individuals resident in the other Contracting State, to be made subject to effective taxation in accordance with the laws of the latter Contracting State, in conformity with Directive

no. 2003/48/EC, of the Council of the European Union, of the 3rd June 2003, on taxation of savings income in the form of interest payments, have agreed as follows:

Article 1

General scope

1 — This Convention shall apply to interest paid by a paying agent established within the territory of one of the Contracting States with a view to enable savings income in the form of interest payments made in one Contracting State to beneficial owners who are individuals resident for tax purposes in the other Contracting State to be made subject to effective taxation in accordance with the laws of the latter Contracting State.

2 — The scope of this Convention shall be limited to taxation of savings income in the form of interest payments on debt claims, to the exclusion, inter alia, of the issues relating to the taxation of pension and insurance benefits.

3 — As regards the Kingdom of the Netherlands, this Agreement shall apply only to Aruba.

Article 2

Definitions

1 — For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

- a) The term «a Contracting State» and «the other Contracting State» mean the Kingdom of the Netherlands in respect of Aruba or Portugal as the context requires;
- b) The term «Aruba» means that part of the Kingdom of the Netherlands that is situated in the Caribbean area and consisting of the Island Aruba;
- c) The «Contracting Party» being a Member State of the European Union means Portugal;
- d) The term «directive» means Directive no. 2003/48/EC, of the Council of the European Union, of the 3rd June 2003, on taxation of savings income in the form of interest payments, as applicable at the date of signing this Convention;
- e) The term «beneficial owner» means the beneficial owner according to article 2 of the directive;
- f) The term «paying agent» means the paying agent according to article 4 of the directive;
- g) The term «competent authority» means:
 - i) In the case of Aruba: The Minister of Finance or his authorised representative;
 - ii) In the case of Portugal: the competent authority of that State according to article 5 of the directive;
- h) The term «interest payment» means the interest payment according to article 6, due account being taken of article 15, of the directive;
- i) Any term not otherwise defined herein shall have the meaning given to it in the directive.

2 — For the purposes of this Convention, in the provisions of the directive to which this Convention refers, instead of «member States» has to be read «Contracting States».

Article 3

Identity and residence of beneficial owners

Each Contracting State shall, within its territory, adopt and ensure the application of the procedures necessary to allow the paying agent to identify the beneficial owners and their residence for the purpose of article 4. These procedures shall comply with the minimum standards established in article 3, paragraph 2 and 3, of the directive, with the provision that in regard to Aruba, in relation to subparagraphs 2, a), and 3, a), of that article, the identity and residence of the beneficial owner shall be established on the basis of the information which is available to the paying agent by virtue of the application of the relevant provisions of Aruban law and regulations.

Article 4

Automatic exchange of information

1 — The competent authority of the Contracting State where the paying agent is established shall communicate the information referred to in article 8 of the directive to the competent authority of the other Contracting State of residence of the beneficial owner.

2 — The communication of information shall be automatic and shall take place at least once a year, within six months following the end of the tax year of the Contracting State of the paying agent, for all interest payments made during that year.

3 — Information exchange under this Convention shall be treated by the Contracting States in a manner consistent with the provisions as set out in article 7 of Directive no. 77/799/EEC.

Article 5

Transposition

Before 1st January 2005 the Contracting States shall adopt and publish the laws, regulations and administrative provisions necessary to comply with this Convention.

Article 6

Annex

The texts of the directive and of article 7 of Directive no. 77/799/EEC, of the Council of the European Union, of the 19th December 1977, concerning mutual assistance by the competent authorities of the member States in the field of direct and indirect taxation, as applicable at the date of signing this Convention and to which this Convention refers, are appended as an annex to, and form an integral part of, this Convention. The text of article 7 of Directive no. 77/799/EEC in this annex shall be replaced by the text of the said article in the revised Directive no. 77/799/EEC if this revised directive enters into force before the date from which the provisions of this Convention shall take effect.

Article 7

Entry into force

This Convention shall enter into force on the thirtieth day after the latter of the dates on which the respective Governments have notified each other in writing that the formalities constitutionally required in their respective States have been complied with, and its provisions shall have effect from the date from which the directive is applicable according to article 17, paragraph 2 and 3, of the directive.

Article 8

Termination

This Convention shall remain in force until terminated by one of the Contracting States. Either State may terminate the Convention, through diplomatic channels, by giving notice of termination at least six months before the end of any calendar year after the expiration of a period of three years from the date of its entry into force. In such event the Convention shall cease to have effect for periods beginning after the end of the calendar year in which the notice of termination has been given.

Done in the Portuguese, English and Dutch languages all texts being equally authentic. In case there is any divergence of interpretation between the different language versions of the texts, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

For the Kingdom of the Netherlands in respect of Aruba:

ANNEX

Article 7

Provisions relating to secrecy

1 — All information made known to a member State under this directive shall be kept secret in that State in the same manner as information received under its national legislation. In any case, such information:

May be made available only to the persons directly involved in the assessment of the tax or in the administrative control of this assessment;

May be made known only in connection with judicial proceedings or administrative proceedings involving sanctions undertaken with a view to, or relating to, the making or reviewing the tax assessment and only to persons who are directly involved in such proceedings; such information may, however, be disclosed during public hearings or in judgements if the competent authority of the member State supplying the information raises no objection at the time when it first supplies the information;

Shall in no circumstances be used other than for taxation purposes or in connection with judicial proceedings or administrative proceedings involving sanctions undertaken with a view to, or in relation to, the making or reviewing of the tax assessment.

In addition, member States may provide for the information referred to in the first subparagraph to be used for assessment of other levies, duties and taxes covered by article 2 of Directive no. 76/308/EEC.

2 — Paragraph 1 shall not oblige a member State whose legislation or administrative practice lays down, for domestic purposes, narrower limits than those con-

tained in the provisions of that paragraph, to provide information if the State concerned does not undertake to respect those narrower limits.

3 — Notwithstanding paragraph 1, the competent authorities of the member State providing the information may permit it to be used for other purposes in the requesting State, if, under the legislation of the informing State, the information could, in similar circumstances, be used in the informing State for similar purposes.

4 — Where a competent authority of a member State considers that information which it has received from the competent authority of another member State is likely to be useful to the competent authority of a third member State, it may transmit it to the latter competent authority with the agreement of the competent authority which supplied the information.

OVEREENKOMST IN DE VORM VAN EEN BRIEFWISSELING BETREFFENDE BELASTINGHEFFING OP INKOMSTEN UIT SPAARGELDEN EN DE VOORLOPIGE TOEPASSING ERVAN.

A — Brief van de Portugese Republiek

Mijnheer:

Ik heb de eer te verwijzen naar de teksten van, respectievelijk, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen en (België, Oostenrijk of Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen en (andere EU-lidstaat dan België, Oostenrijk en Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba en (andere EU-lidstaat dan België, Oostenrijk en Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling en de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba en (België, Oostenrijk of Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling. Deze teksten, die het resultaat zijn van de onderhandelingen die met de Nederlandse Antillen en Aruba zijn gevoerd over een overeenkomst inzake belastingheffing op inkomsten uit spaargelden, zijn respectievelijk als bijlage I, II, III en IV toegevoegd aan het resultaat van de besprekingen van de Groep op hoog niveau van de Raad van Ministers van de Europese Unie van 12 maart (doc. 7660/04 FISC 68).

In het licht van de bovengenoemde teksten heb ik de eer u de Overeenkomst betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling in aanhangsel 1 bij deze brief voor te stellen, en in overweging te geven dat wij er ons wederzijds toe verbinden zo spoedig mogelijk de interne grondwettelijke formaliteiten voor de inwerkingtreding van deze Overeenkomst te vervullen en elkaar onverwijld van de voltooiing daarvan in kennis te stellen.

In afwachting van de voltooiing van deze interne procedures en van de inwerkingtreding van deze Overeenkomst betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling, stel ik u voor dat Portugal en het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba deze Over-

eenkomst, binnen de grenzen van onze respectieve binnenlandse grondwettelijke voorschriften, reeds voorlopig zouden toepassen vanaf 1 januari 2005 of vanaf het tijdstip waarop Richtlijn 2003/48/EEG van de Raad van 3 juni 2003 betreffende belastingheffing op inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling wordt toegepast, indien dit tijdstip later valt.

Ik stel hierbij voor dat, indien het bovenstaande voor uw regering aanvaardbaar is, deze brief en uw bevestiging tezamen een overeenkomst vormen tussen Portugal en het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba.

Hoogachtend.

Voor de Portugese Republiek:

Maria Manuela Dias Ferreira Leite.

Gedann te Lisboa, op 22 Juni 2004, in drie exemplaren.

B — Brief van Aruba

Mijnheer:

Ik heb de eer u de ontvangst te bevestigen van uw brief van heden, welke als volgt luidt:

«Mijnheer:

Ik heb de eer te verwijzen naar de teksten van, respectievelijk, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen en (België, Oostenrijk of Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van de Nederlandse Antillen en (andere EU-lidstaat dan België, Oostenrijk en Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling, de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba en (andere EU-lidstaat dan België, Oostenrijk en Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling en de Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba en (België, Oostenrijk of Luxemburg) betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling. Deze teksten, die het resultaat zijn van de onderhandelingen die met de Nederlandse Antillen en Aruba zijn gevoerd over een overeenkomst inzake belastingheffing op inkomsten uit spaargelden, zijn respectievelijk als bijlage I, II, III en IV toegevoegd aan het resultaat van de besprekingen van de Groep op hoog niveau van de Raad van Ministers van de Europese Unie van 12 maart (doc. 7660/04 FISC 68).

In het licht van de bovengenoemde teksten heb ik de eer u de Overeenkomst betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling in aanhangsel 1 bij deze brief voor te stellen, en in overweging te geven dat wij er ons wederzijds toe verbinden zo spoedig mogelijk de interne grondwettelijke formaliteiten voor de inwerkingtreding van deze Overeenkomst te vervullen en elkaar onverwijld van de voltooiing daarvan in kennis te stellen.

In afwachting van de voltooiing van deze interne procedures en van de inwerkingtreding van deze Overeenkomst betreffende automatische gegevensuitwisseling inzake inkomsten uit spaargelden in de vorm van ren-

tebetaling, stel ik u voor dat Portugal en het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba deze Overeenkomst, binnen de grenzen van onze respectieve binnenlandse grondwettelijke voorschriften, reeds voorlopig zouden toepassen vanaf 1 januari 2005 of vanaf het tijdstip waarop Richtlijn 2003/48/EEG van de Raad van 3 juni 2003 betreffende belastingheffing op inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling wordt toegepast, indien dit tijdstip later valt.

Ik stel hierbij voor dat, indien het bovenstaande voor uw regering aanvaardbaar is, deze brief en uw bevestiging tezamen een Overeenkomst vormen tussen Portugal en het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba.

Hoogachtend.»

Ik heb de eer u te bevestigen dat de inhoud van deze brief voor Aruba aanvaardbaar is.

Hoogachtend.

Voor Aruba:

Gedaan te Den Haag, op 9 November 2004, in drie exemplaren.

OVEREENKOMST TUSSEN HET KONINKRIJK DER NEDERLANDEN, TEN BEHOEVE VAN ARUBA, EN DE PORTUGESE REPUBLIEK BETREFFENDE AUTOMATISCHE GEGEVENSUITWISSELING INZAKE INKOMSTEN UIT SPAARGELDEN IN DE VORM VAN RENTEBETALING.

De regering van het Koninkrijk der Nederlanden, ten behoeve van Aruba, en Portugal, geleid door de wens een overeenkomst te sluiten die het mogelijk maakt dat inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling die in een van de overeenkomstsluitende staten worden verricht aan uiteindelijk gerechtigden die een natuurlijke persoon zijn en hun woonplaats in de andere overeenkomstsluitende staat hebben, effectief worden belast overeenkomstig het recht van laatstgenoemde overeenkomstsluitende staat, in overeenstemming met Richtlijn 2003/48/EG van de Raad van 3 juni 2003 betreffende belastingheffing op inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling en met de hierboven door de overeenkomstsluitende staten geuite voornemens, zijn het volgende overeengekomen:

Artikel 1

Toepassingsgebied

1 — Deze overeenkomst is van toepassing op rentebetalingen die door een op het grondgebied van een van de overeenkomstsluitende staten gevestigde uitbetalende instantie worden verricht met als doel het mogelijk te maken dat inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetalingen welke in een overeenkomstsluitende staat worden verricht aan uiteindelijk gerechtigden die een natuurlijke persoon zijn en hun woonplaats in de andere overeenkomstsluitende staat hebben, effectief worden belast overeenkomstig het nationale recht van de laatstgenoemde overeenkomstsluitende staat.

2 — De werkingssfeer van deze overeenkomst is beperkt tot belastingheffing op inkomsten uit spaargelden in de vorm van rente uit hoofde van schuldvorderingen;

vraagstukken in verband met de fiscale behandeling van, onder meer, pensioenen en verzekeringsuitkeringen vallen buiten de werkingssfeer van deze overeenkomst.

3 — Wat het Koninkrijk der Nederlanden betreft, geldt deze overeenkomst alleen voor Aruba.

Artikel 2

Definities

1 — Voor de toepassing van deze overeenkomst wordt, tenzij de context anders vereist, verstaan onder:

- a) «Een overeenkomstsluitende staat» en «de andere overeenkomstsluitende staat»: het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba of Portugal, naargelang de context;
- b) «Aruba»: het gedeelte van het Koninkrijk der Nederlanden dat in het Caribische gebied is gelegen en bestaat uit het eiland Aruba;
- c) De overeenkomstsluitende staat zijnde lidstaat van de Europese Unie is: Portugal;
- d) «Richtlijn»: Richtlijn 2003/48/EG van de Raad van 3 juni 2003 betreffende belastingheffing op inkomsten uit spaargelden in de vorm van rentebetaling, zoals van toepassing op de datum van ondertekening van deze overeenkomst;
- e) «Uiteindelijk gerechtigde»: uiteindelijk gerechtigde in de zin van artikel 2 van de richtlijn;
- f) «Uitbetalende instantie»: uitbetalende instantie in de zin van artikel 4 van de richtlijn;
- g) «Bevoegde autoriteit»:
 - i) In het geval van Aruba: de minister van Financiën of zijn bevoegde vertegenwoordiger;
 - ii) In het geval van Portugal: de bevoegde autoriteit van die staat in de zin van artikel 5 van de richtlijn;
- h) «Rentebetaling»: rentebetaling in de zin van artikel 6 van de richtlijn, met inachtneming van artikel 15 van de richtlijn;
- i) Aan niet anderszins omschreven termen wordt de betekenis gehecht die in de richtlijn daaraan wordt gegeven.

2 — Voor de toepassing van de overeenkomst wordt in de bepalingen van de richtlijn waarnaar in deze overeenkomst wordt verwezen in plaats van «lidstaten» gelezen: overeenkomstsluitende staten.

Artikel 3

Identiteit en woonplaats van de uiteindelijk gerechtigde

Voor de toepassing van artikel 4 bepaalt elke overeenkomstsluitende staat de procedures die nodig zijn om de uitbetalende instantie in staat te stellen de identiteit en woonplaats van de uiteindelijk gerechtigden vast te stellen en draagt zorg voor de toepassing van deze procedures binnen zijn grondgebied. Deze procedures voldoen aan de minimumnormen van artikel 3, leden 2 en 3, van de richtlijn, met dien verstande dat, ten behoeve van Aruba, wat betreft het bepaalde in lid 2, onder a), en in lid 3, onder a), de identiteit en de woonplaats van de uiteindelijk gerechtigde worden vastgesteld op grond van de informatie waarover de uitbetalende instantie krachtens de toepassing van de desbetreffende wettelijke en bestuursrechtelijke bepalingen van Aruba beschikt.

Artikel 4

Automatische gegevensuitwisseling

1 — De bevoegde autoriteit van de overeenkomstsluitende staat van de uitbetalende instantie verstrekt de in artikel 8 van de richtlijn bedoelde gegevens aan de bevoegde autoriteit van de andere overeenkomstsluitende staat waar de uiteindelijk gerechtigde zijn woonplaats heeft.

2 — De gegevensverstrekking gebeurt automatisch en ten minste eenmaal per jaar, binnen zes maanden na afloop van het belastingjaar van de overeenkomstsluitende staat van de uitbetalende instantie, voor alle gedurende dat jaar verrichte rentebetalingen.

3 — De overeenkomstsluitende staten behandelen de gegevensuitwisseling uit hoofde van deze overeenkomst op een wijze die strookt met het bepaalde in artikel 7 van Richtlijn 77/799/EEG.

Artikel 5

Omzetting

De overeenkomstsluitende staten dienen vóór 1 januari 2005 de wettelijke en bestuursrechtelijke bepalingen vast te stellen en bekend te maken die nodig zijn om aan deze overeenkomst te voldoen.

Artikel 6

Bijlage

De teksten van de richtlijn en van artikel 7 van Richtlijn 77/799/EEG van de Raad van 19 december 1977 betreffende de wederzijdse bijstand van de bevoegde autoriteiten van de lidstaten op het gebied van de directe en indirecte belastingen, zoals die van toepassing zijn op de datum van ondertekening van deze overeenkomst en waarnaar in deze overeenkomst wordt verwezen, zijn als bijlage aan deze overeenkomst gehecht en maken integraal deel daarvan uit. De tekst van artikel 7 van Richtlijn 77/799/EEG in deze bijlage wordt vervangen door de tekst van dat artikel in de gewijzigde Richtlijn 77/799/EEG indien deze gewijzigde richtlijn in werking treedt vóór de datum waarop de bepalingen van deze overeenkomst van kracht worden.

Artikel 7

Inwerkingtreding

Deze overeenkomst treedt in werking op de dertigste dag na de laatste van de data waarop de respectieve regeringen elkaar er schriftelijk van in kennis hebben gesteld dat de in hun respectieve staten voorgeschreven grondwettelijke formaliteiten zijn vervuld en de bepalingen ervan vinden toepassing vanaf de datum vanaf welke de richtlijn overeenkomstig artikel 17, leden 2 en 3, van de richtlijn van toepassing is.

Artikel 8

Beëindiging

Deze overeenkomst blijft van kracht totdat zij door een van beide overeenkomstsluitende staten wordt beëindigd. Elke overeenkomstsluitende staat kan de overeenkomst langs diplomatieke weg beëindigen door ten minste zes maanden voor het einde van enig kalenderjaar na het verstrijken van een tijdvak van drie jaar na de datum van inwerkingtreding van de overeenkomst kennis te geven van beëindiging. In dat geval houdt de

overeenkomst op van toepassing te zijn voor tijdvakken die aanvangen na het einde van het kalenderjaar waarin de kennisgeving van beëindiging is gegeven.

Deze overeenkomst is opgesteld in de Portugese, de Engelse en de Nederlandse taal, alle teksten zijnde gelijkwaardig authentiek. In geval van verschil van interpretatie tussen de teksten in de verschillende talen, is de Engelse tekst doorslaggevend.

Voor de Portugese Republiek:

Voor het Koninkrijk der Nederlanden ten behoeve van Aruba:

BIJLAGE

Artikel 7

Geheimhouding

1 — Alle inlichtingen waarover een lidstaat uit hoofde van deze richtlijn beschikt, worden in deze lidstaat geheim gehouden op dezelfde wijze als geschiedt met de gegevens die deze lidstaat verkrijgt uit hoofde van de eigen nationale wetgeving. Hoe dan ook mogen deze inlichtingen:

Alleen aan die personen ter kennis worden gebracht die bij de vaststelling van de belastingsschuld of bij de administratieve controle in verband met de vaststelling van de belastingsschuld rechtstreeks betrokken zijn;

Alleen worden onthuld in gerechtelijke procedures of in procedures waarbij administratieve sancties worden toegepast, ingesteld met het oog op of in verband met de vaststelling van of de controle inzake de vaststelling van de belastingsschuld, en alleen aan die personen die rechtstreeks bij deze procedures betrokken zijn; deze inlichtingen mogen echter tijdens openbare rechtszittingen of bij rechterlijke uitspraken worden vermeld, indien de bevoegde autoriteit van de lidstaat die de inlichtingen verstrekt, daar geen bezwaar tegen maakt op het moment dat zij de inlichtingen in eerste instantie verstrekt;

In geen geval worden gebruikt voor andere doeleinden dan fiscale doeleinden of gerechtelijke procedures of procedures waarbij administratieve sancties worden toegepast, ingesteld met het oog op of in verband met de vaststelling van of de controle inzake de vaststelling van de belastingsschuld.

Bovendien kan door de lidstaten worden bepaald dat de in de eerste alinea bedoelde inlichtingen mogen worden gebruikt om andere heffingen, rechten en belastingen vast te stellen die vallen onder artikel 2 van Richtlijn 76/308/EEG.

2 — Het bepaalde in lid 1 houdt niet in dat een Lid-Staat waarvan de wetgeving of de administratieve prak-

tijk voor nationale doeleinden verdergaande beperkingen bevatten dan die welke in dit lid zijn vervat, gehouden is tot het verstrekken van inlichtingen indien de Staat waarvoor deze zijn bestemd, zich niet verbindt deze verdergaande beperkingen in achtte nemen.

3 — In afwijking van het bepaalde in lid 1 kan de bevoegde autoriteit van de inlichtingen verstrekkende Lid-Staat toestaan dat in de Lid-Staat die de inlichtingen ontvangt, deze ook voor andere doeleinden worden gebruikt, indien de wetgeving van de inlichtingen verstrekkende Lid-Staat in het eigen land een gelijksoortig gebruik onder overeenkomstige omstandigheden toestaat.

4 — Wanneer de bevoegde autoriteit van een Lid-Staat van mening is dat de inlichtingen die zij van de bevoegde autoriteit van een andere Lid-Staat heeft ontvangen, van nut kunnen zijn voor de bevoegde autoriteit van een derde Lid-Staat, kan zij de betrokken inlichtingen met toestemming van de bevoegde autoriteit die de inlichtingen heeft verstrekt, doorgeven aan de bevoegde autoriteit van laatstbedoelde Lid-Staat.

Resolução da Assembleia da República n.º 36/2006

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Território Dependente da Coroa Britânica de Guernsey, por troca de cartas, respectivamente de 22 de Junho e de 19 de Novembro de 2004, Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança e à Respectiva Aplicação Provisória.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo entre a República Portuguesa e o Território Dependente da Coroa Britânica de Guernsey, por troca de cartas, respectivamente de 22 de Junho e de 19 de Novembro de 2004, Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança e à Respectiva Aplicação Provisória, cujos texto, apêndice n.º 1 e respectivo anexo, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa e inglesa, se publicam em anexo.

Aprovada em 26 de Janeiro de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

ACORDO SOB FORMA DE TROCA DE CARTAS RELATIVO À TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS DA POUPANÇA E À RESPECTIVA APLICAÇÃO PROVISÓRIA.

A — Carta da República Portuguesa

Ex.º Senhor:

Tenho a honra de remeter para os textos, respectivamente, da proposta de modelo de acordo entre Guernsey, a Ilha de Man e Jersey e cada um dos Estados membros da UE que irá aplicar a troca automática de informação e a proposta de modelo de acordo entre Guernsey, a Ilha de Man e Jersey e cada um dos Estados membros da UE que irá aplicar a retenção na fonte no período de transição, que resultaram das negociações de um acordo sobre tributação da poupança com as autoridades das ilhas e foram apensas, respectivamente como anexo I e anexo II, ao resultado dos trabalhos do Grupo de Alto Nível do Conselho de Ministros da União Europeia de 12 de Março (doc. n.º 7408/04 FISC 58).

Em face dos referidos textos, tenho a honra de propor a V. Ex.ª o Acordo Relativo à Tributação dos Ren-

dimentos da Poupança constante do apêndice n.º 1 à presente carta e o compromisso mútuo de ultimarmos com a maior brevidade possível as nossas formalidades constitucionais internas para a entrada em vigor do presente Acordo e de procedermos sem demora à notificação recíproca de que essas formalidades estão concluídas.

Na pendência da conclusão dos trâmites internos e da entrada em vigor do presente Acordo Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança, tenho a honra de propor a V. Ex.ª que Portugal e Guernsey apliquem o presente Acordo provisoriamente, tendo em conta o quadro dos respectivos ordenamentos constitucionais internos, a partir de 1 de Janeiro de 2005, ou da data de aplicação da Directiva n.º 2003/48/CE, do Conselho, de 3 de Junho, relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros, valendo a mais tardia das datas.

Se o que precede for aceitável pelo Governo de V. Ex.ª, tenho a honra de propor que a presente carta e a vossa confirmação constituam, em conjunto, um acordo entre Portugal e Guernsey.

Queira aceitar, Ex.º Senhor, os protestos da nossa mais elevada consideração.

Pela República Portuguesa:

Maria Manuela Dias Ferreira Leite, Ministra de Estado e das Finanças.

Feito em Lisboa em 22 de Junho de 2004.

B — Carta de Guernsey

Ex.º Senhor:

Tenho a honra de acusar a recepção da carta de V. Ex.ª com data de hoje, do seguinte teor:

«Ex.º Senhor:

Tenho a honra de remeter para os textos, respectivamente, da proposta de modelo de acordo entre Guernsey, a Ilha de Man e Jersey e cada um dos Estados membros da UE que irá aplicar a troca automática de informação e a proposta de modelo de acordo entre Guernsey, a Ilha de Man e Jersey e cada um dos Estados membros da UE que irá aplicar a retenção na fonte no período de transição, que resultaram das negociações de um acordo sobre tributação da poupança com as autoridades das Ilhas e foram apensas, respectivamente como anexo I e anexo II, ao resultado dos trabalhos do Grupo de Alto Nível do Conselho de Ministros da União Europeia de 12 de Março (doc. 7408/04 FISC 58).

Em face dos referidos textos, tenho a honra de propor a V. Ex.ª o Acordo Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança constante do apêndice n.º 1 à presente carta e o compromisso mútuo de ultimarmos com a maior brevidade possível as nossas formalidades constitucionais internas para a entrada em vigor do presente Acordo e de procedermos sem demora à notificação recíproca de que essas formalidades estão concluídas.

Na pendência da conclusão dos trâmites internos e da entrada em vigor do presente Acordo Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança, tenho a honra de propor a V. Ex.ª que Portugal e Guernsey apliquem o presente Acordo provisoriamente, tendo em conta o quadro dos respectivos ordenamentos consti-